ATA 01/2021

Aos onze dias do mês de agosto de 2021, via plataforma online MEET foi realizada uma reunião ordinária da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) do município de Almirante Tamandaré. Frente às ações de enfrentamento da pandemia da COVID-19, as reuniões presenciais desta câmara estão suspensas para respeitar as medidas de isolamento social necessárias a tal enfrentamento. Tatiana iniciou a reunião dando boas vindas a todos. Ela explicou que essa é a primeira reunião desta câmara, mesmo que a mesma já tenha sido instituída por decreto desde o ano de 2017. Exemplificou ainda que é necessário o início dos trabalhos, principalmente para elaboração do Plano Municipal de SAN, uma vez que o mesmo encontra-se em atraso junto ao governo de Estado. Tatiana explicou que em julho deste ano, um novo decreto havia sido publicado com a atualização dos membros desta câmara. Tatiana também comentou que na reunião de hoje estariam presentes além dos integrantes da CAISAN, alguns conselheiros do nosso COMSEA municipal, e o Neto e a Anatolli, estes dois representando a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SEAB). O objetivo de convidar os representantes da SEAB foi que o Neto tivesse um momento de fala com todos os integrantes para explicar como funciona a CAISAN, quais são suas obrigações e qual a importância de existir uma CAISAN atuante no município. Antes do Neto iniciar a fala, Tatiana disse a todos que em Almirante Tamandaré o COMSEA existe desde 2009 e que a CAISAN desde 2017, sendo que após todos os trâmites previstos em lei, o nosso município conseguiu realizar adesão ao SISAN no ano de 2019. Enfatizou que neste momento encontra-se pendente apenas a elaboração do Plano Municipal de SAN. Neto iniciou a fala agradecendo o convite e já se colocando à disposição para futuras capacitações. Iniciou dizendo que a questão da SAN está prevista na LOSAN e no artigo 6º da Constituição Federal. Que todos os municípios podem realizar a adesão ao SISAN, mas para isso, é necessário que o município cumpra uma série de requisitos, os quais já foram cumpridos por almirante Tamandaré. Após todas as etapas serem cumpridas, o município envia a documentação para o estado, sendo que este analisa e se estiver tudo certo envia para Brasília para que seja publicado no Diário Oficial da União. Neto colocou em sua fala que o fórum nacional está desmontando (COMSEA extinto), e que não foi realizada conferência nacional. No entanto, como a LOSAN encontra-se vigente o SISAN permanece em funcionamento. Com relação ao Plano de SAN, Neto disse que é necessário que seja realizada uma breve apresentação do município e em seguida sejam colocados os seguintes marcos: Situacional, Conceitual e Operacional. O principal objetivo do Plano de SAN é erradicar ou minimizar a fome. Precisa contemplar o que o município já possui de ações de SAN, as maiores vulnerabilidades identificadas e ainda, os principais equipamentos e ações de SAN que são necessárias. Neto pontuou também para que algum tipo de recurso estadual seja liberado para determinada ação, é necessário que tal atividade esteja presente no Plano, ou seja, não é possível solicitar recurso financeiro sem essa previsão prévia. Neto disse que é importante que os membros da CAISAN se reúnam e em um primeiro momento cada pasta apresente quais ações são realizadas no âmbito de SAN, pois isso pode fazer com que o recurso disponível seja otimizado. É necessário a realização de ações intersetoriais. Continuou sua fala dizendo que é importante que os membros saibam o que temos de SAN e quais nossas carências, para em seguida, iniciar a elaboração do Plano. Neto pontuou que atualmente não existe recurso federal carimbado para ações de SAN, sendo que a fonte para se conseguir algum tipo de suporte seriam as emendas parlamentares. Orientou que buscássemos ter contato com nossos representantes para que essas emendas fossem obtidas. Neto também colocou que é dever do Estado/município respeitar os indivíduos/grupos no que se refere a alimentação, promover o DHAA, proteger para não ter má nutrição e prover alimentos diretamente a quem precisa até que essa pessoa possa ter condição. Neto citou como exemplo para essa distribuição de alimentos, não realizar a entrega de cestas básicas, pois muitas vezes esses alimentos são adquiridos de empresas de outros estados, mas verificar a possibilidade de ser criado algum cartão alimentação ou voucher, pois assim os munícipes poderiam realizar as compras no comércio local e esse dinheiro continuaria circulando no próprio município. Neto apresentou alguns equipamentos de SAN que podem ser

criados no município com contrapartida do governo estadual: Cozinhas/panificadoras comunitárias, hortas comunitárias e restaurante popular. Neto enfatizou a importância da CAISAN e COMSEA no monitoramento da efetivação do DHANA da população. Ao finalizar sua fala, Neto abriu um espaço para que os presentes fizessem perguntas sobre o tema. Telma falou que trabalha nessa parte de captação de recursos e gostaria de saber como trazer esses recursos para o município, se há algum programa federal para se inscrever, como o PAA. Neto explicou que o último PAA federal foi um auxílio emergencial que estava disponível e que o estado selecionou 84 municípios para receber. Citou que para os equipamentos de SAN do governo estadual, há editais próprios e que o recurso pode ser solicitado a qualquer momento. Telma perguntou a respeito da prestação de contas. Neto disse que para recurso federal é através da plataforma Mais Brasil e para recurso estadual pelo SITI. José Pitz agradeceu a fala do Neto e perguntou para quem deve ser encaminhado a situação das pessoas que vem pedir auxílio, pois não tem o que comer. Neto disse que essas pessoas devem ser encaminhadas para os CRAS e Secretaria de Ação Social. Se não for resolvido, membros do COMSEA podem acionar o Ministério Público. Neto falou que nos próximos dias os municípios do Paraná devem receber um questionamento sobre quais ações estão sendo realizadas para tratar sobre a SAN. Neto disse que este ano o governo estadual conseguiu incluir na LOA que fossem privilegiados recursos para SAN. Henrique trouxe ao debate a questão da presidência, tentando verificar a possibilidade de que a mesma fosse repassada a uma secretaria que estivesse mais envolvida com o assunto de SAN. Neto citou o exemplo de outros municípios e Tatiana pontuou que quando a CAISAN foi criada em 2017, foi pensado em deixar a presidência na secretaria de governo, pois essa conseguiria articular melhor as demais secretarias. Sandro perguntou se é possível utilizar o Programa Cultivando Energias para ações de SAN. Neto disse que sim, mas é preciso ter um documento da Copel liberando/cedendo aquele espaço ao poder executivo. Neto aproveitou para informar que o PAA federal será remodelado, uma vez que estará inserido no novo programa federal que irá substituir o Bolsa Família. Telma perguntou se caso o município optar pelo cartão alimentação, se as famílias podem realizar as compras nos armazéns da família. Neto disse que sim, tanto que isso poderia até mesmo auxiliar para que as famílias conseguissem comprar uma quantidade maior de alimentos quando comparado aos mercados. Thalyse, como representante da JOCUM e munícipe, agradeceu ao empenho de todas na realização das ações. Tatiana agradeceu a presença do Neto e Anatolli. Sem mais, encerra-se a reunião. Estiveram presentes: Neto, José Luiz Afornalli, Lindomar Forcato, José Pitz, Anatolli, Tatiana Tomal, Fábio Hoffmann, Sandro Miguel, Simone, Telma Perussi, Henrique Júnior, Thalyse, Ely Lemos, Gisele Priscila, Daniela Muzi, Dayane Bozza, Bruna Fonseca, Atagil, Nielma Ferreira, Marcio Pientosa e Osni Felipe.